



A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

José Alberto Pitacas

*Centro de Estudos de Economia Pública e Social
Portugal*

29 de junho de 2019

Projecto de documento
preparado para o UNTFSSSE

Chamada para ensaios 2018

**A implementação dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável (ODS): Qual o papel
da Economia Social e Solidária? (ESS)?**

A responsabilidade pelas opiniões expressas neste documento corresponde apenas aos seus autores, disponibilidade na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS (unsse.org) não constitui aprovação do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE), nem dos seus membros institucionais, parceiros ou observadores, das opiniões aqui relatadas. É proibida a publicação ou distribuição deste documento sem autorização prévia dos autores, exceto em caso de uso pessoal.

Este documento está disponível na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS, na versão e no idioma em que foi recebido.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o papel e o potencial da economia social e solidária (ESS) na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), procurando demonstrar que a natureza, os valores e princípios, a missão e as características da ESS e das suas entidades constituem aspetos chave para o êxito da concretização dos ODS, em que são determinantes o território, o envolvimento e participação das populações dos agentes económicos e a existência de capital social.

O artigo tem cinco partes. Na primeira, identifica-se a Agenda 2030 e descrevem-se os 17 ODS que a integra, relevando-se a importância da descentralização para o êxito da sua concretização. Na segunda, abordam-se as características seminais da ESS, relevando os seus valores e princípios, as suas práticas e a sua importância económica e social. Na terceira, estabelecem-se as convergências entre a ESS e a implementação dos ODS. Na quarta, analisa-se em detalhe a relação entre cada um dos ODS e a atividade das entidades da ESS. Na quinta e última parte, apresenta-se, como exemplo, a ação do Grupo Montepio, o maior grupo português da ESS, de introdução dos ODS na sua estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social.

Palavras chave

Economia Social e Solidária; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Valores e princípios da Economia Social e Solidária; Capital Social; Desenvolvimento Local

Bio

Membro da Direção do Centro de Estudos de Economia Pública e Social (CIRIEC Portugal); Diretor do Gabinete de Estudos da Associação Mutualista Montepio Geral.

Pitacas, José Alberto e Jorge de Sá. “A Economia Social em Portugal”, *Anuário de la Economía Social en Iberoamérica*, n.º 3 – 2018 (2019), Valência: OIBESCOOP e CIRIEC España

1. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, substituindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelos mais amplos e ambiciosos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 compreende 17 ODS que abarcam as dimensões social, econômica e ambiental, operacionalizados por 169 metas e monitorizados por 230 indicadores globais.

No conjunto, os 17 ODS visam guiar a política e o financiamento do desenvolvimento no mundo até 2030, começando pelo compromisso ambicioso de erradicação da pobreza.

A concretização da Agenda 2030 assenta em cinco pilares;

- Pessoas: eliminar a pobreza e a fome, sob todas as suas formas e dimensões (ODS 1 a 5 – Pobreza, Fome, Saúde, Educação e Género);
- Prosperidade: contribuir para que todos os seres humanos tenham uma vida próspera e que o progresso económico, social e tecnológico se faça em harmonia com a natureza (ODS 7 a 11 – Acesso à energia, Trabalho e crescimento, Infraestruturas, Desigualdades e Cidades);
- Planeta: lutar contra a degradação do planeta para que responda às necessidades das gerações atuais e futuras (ODS 6 e 12 a 15 – Acesso a água e saneamento, Modos de consumo e de produção, Mudanças climáticas, Oceanos e Ecossistemas terrestres);
- Paz: favorecer o surgimento de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência (ODS 16 – Paz e justiça);
- Parceria: mobilizar os meios necessários à implementação desta agenda através de uma parceria mundial revitalizada para o desenvolvimento sustentável (ODS 17 – Parcerias).

A prossecução dos ODS passou a abranger todos os países e não apenas os países em desenvolvimento, exigindo um esforço geral em prol da erradicação da pobreza e da privação, da luta contra as desigualdades, do crescimento inclusivo das economias, da proteção ambiental e da promoção da paz e de uma boa governação, com vista a assegurar o futuro do planeta e o bem-estar das gerações futuras.

A implementação dos ODS exige a participação dos territórios e das respetivas populações através de políticas e de estratégias de desenvolvimento local, colocando as prioridades, as necessidades e os recursos dos territórios e das suas populações no centro do desenvolvimento sustentável.

Deste modo, a concretização dos ODS passa pela sua descentralização, numa lógica de proximidade e de participação das populações e das entidades locais.

2. A economia social e solidária: valores, princípios e práticas

A economia social e solidária constitui um espaço socioeconómico heterogéneo, formado por um conjunto de atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por diversas entidades com realidades orgânicas diferentes, na forma, dimensão, objeto e lógica de funcionamento, onde se incluem associações, cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e outras instituições de solidariedade, que têm como denominador comum serem organizações de pessoas que desenvolvem atividades para satisfazer as necessidades de pessoas, de forma sustentável, e sem a finalidade de remunerar investidores capitalistas, que, em princípio, não têm.

Naturalmente trabalham com recursos financeiros e têm fundos próprios, que são usualmente património coletivo e indivisível. Como é costume dizer, trabalham com capital, mas não para o capital. Este é um instrumento em função de objetivos sociais.

A sua especificidade não está no objeto da atividade, pois a economia social e solidária está presente em quase todas as atividades económicas, da agricultura aos serviços, mas nos fins, nos processos, no modo de organização, de governo e de funcionamento e nos valores e princípios

que orientam as suas atividades, onde se conjugam a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade.

Desse modo, as entidades da economia social e solidária assumem, no essencial e na generalidade, um conjunto de características que moldam a sua identidade comum: adesão livre, aberta e voluntária, controlo democrático pelos membros, combinação de interesses dos membros e utilizadores com o interesse geral, aplicação do princípio da solidariedade e da responsabilidade, gestão autónoma e independente das autoridades públicas, utilização dos excedentes na melhoria dos serviços prestados aos membros ou no desenvolvimento de atividades de interesse geral.

É reconhecido o papel da economia social e solidária, ao longo dos tempos, sendo proclamado em períodos de crise económica e social. Por isso, ela é muitas vezes vista e entendida como um paliativo das deficiências dos outros sectores, impondo-se-lhe uma visão redutora, acantonada às relevantes atividades de ação e assistência social.

Esta visão menoriza e desaproveita as importantes funções do sector: produção de bens e serviços, redistribuição solidária intrageracional e intergeracional, regulação económica e dos mercados, pioneirismo e inovação social, promoção da cidadania e da democracia.

O papel da economia social e solidária vai muito mais para além da prestação de serviços sociais. Abrange um vasto leque de atividades económicas e sociais e, pela sua natureza e formas de funcionamento, gera importantes contributos e externalidades positivas: coesão e impacto social, fortalecimento do tecido económico e social, desenvolvimento da democracia, consciencialização e participação cívica, inovação social e desenvolvimento local.

A economia social e solidária tem um peso importante no tecido económico e social.

Na Europa a 27, o sector tem mais de dois milhões de empresas que empregam cerca de 15 milhões de pessoas, isto é 6,5% do emprego total.

Em Portugal, de acordo com a Conta Satélite da Economia Social 2013, existiam 61 mil entidades da economia social, que empregavam 216 mil pessoas (6% do emprego remunerado total) e representavam cerca de 3% do VAB nacional.

Contudo a sua importância vai para além destes dados, destacando-se o número de membros/associados (mais de 3,5 milhões em Portugal) e de beneficiários da atuação deste universo de entidades, e os impactos da sua atuação, designadamente, ao nível da redução da pobreza e das desigualdades sociais, da melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, na geração de novas oportunidades para a sociedade, na construção de respostas a tensões e problemas económicos e sociais, na criação e manutenção de postos de trabalho, no desenvolvimento local e regional.

A economia social e solidária coloca em evidência um outro modelo de empresa, uma outra forma de empreender, uma outra racionalidade, onde prima a democracia, a responsabilidade social, a participação das partes envolvidas e a maximização da utilidade social, num quadro de funcionamento eficiente e economicamente sustentável.

Na verdade, existe uma diversidade de formas de empresa. Ainda que todas tenham como objetivo comum a criação de valor e a maximização de resultados, diferem os parâmetros e os conceitos de mensuração, consoante o tipo de empresa e os objetivos prosseguidos pelos que detêm o seu controlo ou beneficiam da sua atividade. Ao invés de assegurar o maior retorno sobre o capital investido pelos acionistas, na economia social e solidária a criação de valor e a otimização dos resultados significa a maximização da utilidade social para os membros e utilizadores ou para o público em geral.

Na sua pluralidade e diversidade, a economia social e solidária é um lugar de encontro onde se entrelaçam o económico com o social, o empreendedorismo com a cidadania, o coletivo com o individual, a tradição com a modernidade, o passado com o futuro.

A economia social e solidária é uma força económica e social que abre caminho a um outro modo de produzir e consumir, respeitador das pessoas e do ambiente.

A economia social e solidária prova que é possível aliar rentabilidade com solidariedade, criar empregos estáveis e dignos, reforçar a coesão social, económica e regional, gerar capital humano e social, promover a cidadania ativa, promover a sustentabilidade e a inovação social, ambiental e tecnológica.

3.A economia social e solidária e os ODS: proximidade, compromisso e cooperação

Distintos trabalhos científicos, nomeadamente de investigadores da rede mundial do CIRIEC Internacional (por exemplo, Alvarez, J.; Barna, C.; Diaz, B.; Fall, A.; García, A.; Gomez Lopes, J.; Makino, M.; Morais, L.; Novkovic, S.; Orrego, C.; Richez Battesti, N.; Simaens, A.; Valcarcel Dueñas, M.; Zabala, H.), destacam as características seminais da economia social e solidária e a relação estreita entre as suas organizações e a sustentabilidade dos territórios onde atuam, aos quais estão associadas física e socialmente de maneira permanente e durável, o que, aliás, justifica o facto dessas organizações não serem deslocalizáveis (Chaves, 1999; Sá, 2015; Martí, 2016; Álvarez et al, 2017).

A Agenda 2030 sublinha repetidamente a importância e a necessidade da concretização dos ODS ser feita a nível local, com a participação das populações, o que tem sido reafirmado em debates realizados por atores chave, como redes internacionais de autoridades locais e regionais, agências da ONU como a FAO, o PNUD, o PNUMA e a ONU Habitat, bem como alguns países que integraram esta dimensão nos seus relatórios de progresso sobre a implementação dos ODS (INAISE, 2017).

Nesse contexto, destacam-se as posições tomadas pelo Grupo Piloto Internacional da ESS, afirmando que os ODS não podem ser totalmente realizados sem a mobilização efetiva das entidades e dos atores da economia social e solidária (a realização de 65 das 169 metas dos 17 ODS baseia-se em parte na economia social e solidária), destacando as características da economia social e solidária de proximidade, transversalidade e interconectividade, assim como a sua capacidade prática de responder de forma articulada aos diversos ODS.

Por outro lado, os processos de implementação da generalidade dos ODS podem ser considerados como processos de inovação social, na aceção de ações coletivas que visam a renovação profunda das instituições e que conduzem a transformações sociais. Nesse contexto, importa analisar as relações entre a sociedade civil, as empresas e o Estado na resposta aos desafios, às expectativas e às aspirações sociais de democratização da economia e da sociedade.

Embora as inovações sociais não sejam um exclusivo da economia social e solidária, têm neste sector raízes profundas, visto que a economia social e solidária não subordina as causas societais ou ambientais à busca do lucro, antes conjugando essas causas com a dimensão social inscrita nas suas formas organizacionais.

A economia social e solidária coloca em interação uma associação de pessoas com uma empresa (atividade económica e social) e favorece a cooperação entre as partes envolvidas. Esta cooperação incute os valores da solidariedade no processo de criação de atividades, atividades essas que respondem a novas aspirações, a novas necessidades das pessoas e a novas expectativas societais em termos de ambiente e de ocupação do território.

A inovação social consiste precisamente em juntar atores com lógicas de ação autónomas e diferentes e que, ao mesmo tempo, procuram compatibilidades para cooperar. As novas ideias surgem no seio da economia social e solidária pela confrontação voluntária e o debate, à escala

das organizações e dos territórios, entre procura e oferta de serviços, entre organizadores centrais e realizadores autónomos, entre projetos pessoais e dinâmica coletiva.

Diversas iniciativas permitem evidenciar o papel da economia social e solidária no desenvolvimento territorial, local e regional, que procuram mobilizar os recursos locais e adaptar as intervenções às características dos meios, incorporando dimensões económicas, sociais e ambientais.

Deste modo, a inovação social, enquanto ação coletiva de transformação social, implica novos tipos de relações com inclusão da participação das populações na decisão e gestão pública. Desenvolvem-se, então, novos tipos de relações institucionais no seio das organizações, entre organizações e a nível territorial (redes e plataformas). Este tipo de relacionamento favorece a co-construção de políticas públicas pelos destinatários e pelo poder político.

Neste quadro, a inovação social manifesta-se em novos tipos de relações entre empresas de diversos sectores, associando os projetos locais a uma dinâmica e a desafios coletivos da sociedade. Por isso, a economia social e solidária deverá ter uma lógica supralocal, porque os problemas a resolver são multidimensionais e multitemporais (pensar global, agir local).

Contudo, o desenvolvimento local requer uma política de proximidade, capaz de mobilizar os cidadãos para uma maior participação no processo. Nesta era de globalização, o espaço local e regional tende a ter uma redobrada importância, exigindo uma interação entre os atores da economia real baseada nos seus sentimentos de identidade local.

De facto, é sabido que os atores económicos locais exercem a sua atividade dentro de um contexto social, cultural e económico, que se apresenta como espaço relativamente aberto. Por outro lado, as estruturas locais pertinentes para o desenvolvimento têm uma presença decisiva no território, através de uma interseção entre as esferas local e translocal.

Uma política local de proximidade tem de considerar a interação de várias características estruturais do território, nos âmbitos socioeconómico, sociocultural e sociopolítico.

O sucesso das políticas de desenvolvimento local depende dos níveis de cooperação entre os diversos atores que intervêm no processo de desenvolvimento dentro do quadro de ação coletiva que o processo requer. É aí que dá o encontro entre o desenvolvimento local e a economia de proximidade que reúne as condições para a mobilização e para estreitar vínculos, entre o desenvolvimento local e a economia social e solidária.

Este facto exige o estabelecimento e o fortalecimento do diálogo institucional entre estruturas locais e estruturas centrais responsáveis pelo cumprimento dos objetivos nacionais ou locais. Este diálogo, baseado em compromissos, conduz a uma cultura de cooperação entre os níveis local e central.

O papel das estruturas económicas locais, mais flexíveis e ágeis que as centrais, pela sua dimensão e conhecimento local, consiste em garantir a complementaridade entre os tipos de estruturas e os diferentes sectores económicos. A coordenação e a procura de convergência estratégica entre o crescente número de atores locais, concorrentes entre si, constituem um desafio difícil para as estruturas que apostam na implementação de estratégias concertadas e coletivas de desenvolvimento local.

No âmbito local coexistem vários tipos de entidades chamadas a colaborar nas políticas de desenvolvimento: a administração pública local, as empresas públicas, as empresas privadas e as empresas da economia social e solidária.

Do referido se depreende que é essencial para o desenvolvimento local a definição de uma sólida cooperação entre os diversos atores, mediante o estabelecimento de compromissos sólidos. Contudo, esse compromisso exige acordos equilibrados entre os diversos atores.

Na realidade, é cada vez mais notória a existência de redes locais constituídas por empresas dos diversos sectores e pela administração pública, que agilizam a resposta local e captam o

dinamismo dos mercados locais, permitem economias de escala, integram a complementaridade e a democracia como elementos estruturais de gestão e facilitam o acesso ao financiamento, questão central da ação coletiva que o desenvolvimento local exige.

Porém, a cooperação e o compromisso entre os diversos atores dependem da vontade de trabalhar em equipa, vontade que se constrói com confiança e com a procura de condições de compromisso que abranja o maior número de atores e, ao mesmo tempo, preserve os interesses próprios de cada um.

A viabilidade deste compromisso é um elemento chave para o sucesso de muitas iniciativas de desenvolvimento local, geradoras de coesão social, como é a generalidade das metas definidas pelos ODS. O compromisso depende de uma boa coordenação entre as particularidades locais e as necessidades das populações, na busca de uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana. Ora, o compromisso e a cooperação fazem parte do quotidiana das entidades da economia social e solidária, compromisso com o interesse dos seus membros e o interesse geral, compromisso com uma gestão transparente, democrática e eficaz.

Nesse sentido, importa sublinhar o potencial da economia social e solidária em gerar o compromisso e a cooperação entre os diversos sectores e atores, a nível local, necessários a uma estratégia de desenvolvimento local, que permita melhorar a integração e a coesão social.

Sendo certo que a economia social e solidária comporta uma visão do mundo centrada nos valores do humanismo, da tolerância e da solidariedade, construída e sedimentada ao longo de séculos, por uma cultura de compromisso e cooperação, é também verdade que a economia social e solidária contribui, na gestão do território, a nível local, com instrumentos de colaboração entre as diversas organizações económicas que permitem e concretizam ações coordenadas a nível local. Como afirma Sá (2011), o desenvolvimento local ganha ao integrar na ação coletiva, os diversos sectores da economia e da sociedade, garantindo um equilíbrio plural, livre e igual na satisfação das necessidades da população, estando à vista o papel da economia social e solidária como motor desse equilíbrio.

O relatório “Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals” (UNRISD, 2018) destaca a capacidade da economia social e solidária numa abordagem integrada e equilibrada da implementação dos ODS, com ênfase na sua indivisibilidade e na redução ou minimização de eventuais tensões e conflitos na consecução dos objetivos e das metas.

Nesse sentido, o relatório destaca, como características da economia social e solidária, a tendência para a internalização de custos; a prática sustentada pelos princípios da democracia e da solidariedade, ajudando a desempenhar um papel de liderança na reconciliação dos interesses dos diversos atores locais; a sua atenção para a inclusão social e a coesão, estimulando a capacitação das pessoas; a capacidade de relacionamento com os diversos atores, possibilitando várias formas de coordenação e de colaboração e, por fim, o potencial da economia social e solidária em fomentar uma cidadania ativa e responsável e o envolvimento e a participação das comunidades locais.

O relatório da UNRISD considera, ainda, que o cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS deve ser feito a nível local, através de uma governação democrática e da mobilização das diversas partes envolvidas, possibilitando a sua capacitação e emancipação. Em consonância com esse propósito, a economia social e solidária surge como um fator chave dessa ação coletiva a nível local, com um papel determinante na sua coordenação, através de uma governação interativa.

4. A economia social e solidária e os ODS: uma abordagem integrada e equilibrada

Analisemos agora, de forma pormenorizada, a relação entre a economia social e solidária e cada um dos 17 ODS.

Os dois primeiros ODS (ONU, 2014; OIT-ACI, 2014) dizem respeito à erradicação da pobreza e da fome, frutos da desigualdade que aflige o mundo. A economia social e solidária tem tido um papel fundamental na redução da privação, da pobreza e da exclusão social, através da ação das cooperativas, das mutualidades, das associações e das fundações, criando oportunidades económicas para os seus membros, mutualizando riscos sociais, transformando riscos individuais em riscos coletivos e melhorando o acesso a cuidados de saúde.

A redução da desigualdade corresponde ao ODS 10. Ora a economia social e solidária é claramente uma economia que combate a desigualdade, hoje uma consequência direta da economia capitalista como o demonstram muitos estudos, dos quais se podem destacar os trabalhos de Thomas Piketty (2013) e de Joseph Stiglitz (2013).

O combate a este desequilíbrio ganha, por isso, uma importância ainda mais considerável. O capital social que resulte dessa contribuição da economia social e solidária é um instrumento estratégico que é fundamental que seja mantido e estimulado com vista ao reforço da democracia e do Estado de direito que as desigualdades colocam em perigo, como explica Stiglitz (2014: 212) quando afirma que “um dia, talvez próximo, veremos, nós também, que a mundialização, tal como ela é gerida atualmente, não faz progredir nem a eficácia mundial, nem a justiça. Pior ainda: ela põe em perigo a nossa democracia”.

A afirmação da democracia passa igualmente pela criação e desenvolvimento de capital social, conceito que, no essencial, decorre das conexões estabelecidas com e nas redes sociais, em que se conectam a identidade, a confiança e a reciprocidade e se reforça a integração e a coesão social, enquanto cimento de convivialidade e do consenso mínimo para um desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentável. O capital social está, assim, em relação estreita com a economia social e solidária e o bem comum.

Como lembra Jeremy Rifkin o espaço dos “Bens Comuns sociais é onde nós geramos o *good will* que permite à sociedade obter coerência enquanto entidade cultural. O autor acrescenta que os mercados e os governos são uma extensão da “identidade de um povo”, e que “se um dia, ao acordar, descobríssemos que todas as organizações da nossa sociedade civil tinham desaparecido, a sociedade rapidamente definharia e morreria. Sem lugares de culto, escolas, hospitais, grupos de apoio comunitário, organizações de defesa de direitos, centros recreativos e desportivos e outras instituições culturais e artísticas, perderíamos o nosso propósito e a nossa identidade e os laços sociais que nos unem numa família humana alargada” (Rifkin, 2014: 32).

Para além dos três ODS já referidos, outros integram-se claramente entre os valores constituintes da economia social e solidária. É o caso do ODS 16 que visa a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, coincide com a matriz genética da economia social e solidária, havendo diversos exemplos da ação da economia social e solidária na promoção da paz e da integração social, em diversas partes do mundo como no Líbano, Ruanda e Colômbia.

Também o ODS 17, ao pretender “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” abraça, através deste conceito de parceria global, as dimensões de confiança e compromisso que estão na base da criação de capital social que a gestão democrática e participativa das organizações da economia social e solidária potencia e eleva a um patamar superior.

São os valores e princípios da economia social e solidária que sustentam este ambiente de colaboração pacífica e inclusiva, de compromisso sustentável, assente nos direitos humanos, entre

os quais o de um trabalho digno (ODS 8), e alicerçado num ambiente que, em vez de prejudicar, promove a saúde e o bem-estar (ODS 3). Por exemplo, as cooperativas têm desempenhado um papel importante na criação de emprego e na geração de rendimento, empregando mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo. Por outro lado, as mutualidades de saúde e proteção social e outras instituições sociais, como as misericórdias, têm possibilitado a assistência médica e medicamentosa, bem como promovido ações de rastreio e de prevenção da doença e de promoção da saúde e do bem-estar.

A economia social e solidária é uma criação de pessoas concretas que procura encontrar soluções concretas para os seus problemas, pelo que a economia social e solidária é indissociável do território onde atua e se compromete. A sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios, das suas infraestruturas (ODS 6, 7, 9 e 11) e o uso equilibrado dos ecossistemas terrestres e dos oceanos, assim como a defesa da biodiversidade (ODS 14 e 15) obrigam a um consumo socialmente justo e ambientalmente responsável (ODS 12 e 13) e constituem, por isso, condições que são inerentes e imprescindíveis à atuação das organizações da economia social e solidária.

As entidades da economia social e solidária contribuem de diferentes formas para a gestão sustentável dos recursos naturais, evitando o seu esgotamento. Por exemplo, cooperativas e associações de desenvolvimento local têm promovido encontros locais com vista a que as pessoas encontrem soluções que respondam às mudanças climáticas, mediante a definição de direitos de propriedade e de uso, a gestão de recursos naturais e a diversificação de atividades económicas. Destaque-se ainda a atividade de cooperativas na produção e distribuição de energias renováveis, facilitando o seu acesso e permitindo a obtenção de uma maior eficiência energética e redução de emissões.

A educação inclusiva e equitativa e a igualdade de género (ODS 4 e 5) são, neste contexto, necessidades objetivas para esta atuação.

No entanto, apesar do acompanhamento institucional do cumprimento dos ODS por parte dos Estados (ONU, 2017), não foram ainda definidas ferramentas que permitam identificar na prática quotidiana das organizações da economia social e solidária o seu importante contributo para o cumprimento das metas desejadas (OIT-ACI, 2014). Como aponta a Social Economy Europe (2013) não existe suficiente evidência que demonstre o importante contributo da economia social e solidária para o efeito, o que, existindo, permitirá um melhor planeamento das ações e uma maior consciencialização das fraturas sociais e ecológicas consideráveis que afligem a humanidade.

Torna-se urgente aumentar a visibilidade da economia social e solidária, tanto ao nível global como local, e realçar o alcance estratégico do seu papel para o desenvolvimento local, visando alcançar uma maior retenção e agregação de valor, melhor democracia e mais dinamismo cívico (Felber, 2017), tornando assim possível a implementação dos ODS.

Nesse sentido, a Social Economy Europe propõe que se dê prioridade à inclusão da economia social e solidária na agenda dos fóruns internacionais como um instrumento chave para a implementação da Agenda 2030 e a concretização dos ODS, com o reforço do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Solidária das Nações Unidas (Social Economy Europe, 2018).

5. Os ODS na ação de uma entidade da economia social e solidária: o caso do Grupo Montepio de Portugal

A Associação Mutualista Montepio Geral é uma mutualidade portuguesa, criada em 1840, e que conta atualmente com cerca de 610 mil membros. É a maior associação portuguesa em número de associados e uma das maiores entidades da economia social, em termos financeiros. Por sua vez, encabeça o maior grupo da economia social portuguesa, o Grupo Montepio, que integra o

Banco Montepio, a Fundação Montepio, seguradoras e outras entidades (financeiras e de ação social).

O Grupo Montepio tem tido o tema da sustentabilidade intrínseco à sua atividade e colocado o progresso económico ao serviço dos associados, dos clientes, dos utentes e da comunidade. Deste modo, tem definido uma estratégia de responsabilidade social que assenta no desenvolvimento sustentável como propulsor da mudança e reconhece quatro eixos de atuação comuns às principais entidades do Grupo: Mutualidade, Banco, Fundação e Residências).

Assim, para cada eixo de intervenção para o desenvolvimento sustentável, o Grupo Montepio definiu objetivos estratégicos, ações concretas a desenvolver e metas a alcançar. Desde 2016, o Grupo Montepio tem conseguido monitorizar a sua estratégia e perceber qual o seu desempenho em relação às metas definidas para cada tema da sustentabilidade.

Em 2017, o Grupo Montepio fez corresponder aqueles objetivos estratégicos com os ODS (Quadro 1), respondendo deste modo ao compromisso de divulgação de informação relativa ao cumprimento dos ODS, assumido com a adesão à Aliança para os ODS, efetuada em dezembro de 2015.

Tabela 1 – Os Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio e os ODS

Eixos	Objetivos Estratégicos Grupo Montepio	ODS
Eixo A - Afirmação da identidade	1. Promover o crescimento da AMM como uma das maiores mutualidades europeias	10, 12, 16 e 17
	2. Consolidar o Grupo Montepio como a maior organização da economia social portuguesa	1, 2, 3, 4, 8, 11, 17
	3. Afirmar o Banco Montepio como estrutura de banca ética	1, 5, 7, 8, 9, 12
	4. Distinguir a Grupo Montepio pela integração da sustentabilidade na relação com os <i>stakeholders</i>	8, 12, 16
Eixo B - Focalização nas pessoas	5. Aprofundar a gestão das pessoas	5, 8, 10, 12, 14, 15
	6. Reforçar a relação com os associados	3, 4, 10, 11, 12
	7. Reforçar a relação com os clientes	10, 12
Eixo C - Cooperação	8. Reforçar as relações e a rendibilização de recursos internos	10, 12, 16, 17
	9. Desenvolver uma cartografia da solidariedade	10, 12, 16, 17
	10. Alargar a capilaridade e focalização da intervenção	10, 12, 16, 17
Eixo D - Promoção ambiental	11. Fortalecer as redes de parceria internas e externas	8, 12
	12. Reduzir a pegada ecológica	7, 12, 13
	13. Promover boas práticas ambientais	7, 12, 13
	14. Incluir a dimensão ambiental na análise de risco	8, 12, 13

Fonte: Grupo Montepio (2018). Relatório de Sustentabilidade 2017

De acordo com o quadro 2, apenas o ODS 6 Água potável e saneamento não é abrangido pelos objetivos e ações do Grupo Montepio.

Tabela 2 – Os ODS e os Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio

ODS		Objetivos Estratégicos Grupo Montepio
1	Erradicar a pobreza	2, 3
2	Erradicar a fome	2
3	Saúde de qualidade	2, 6
4	Educação de qualidade	2, 6
5	Igualdade de género	3, 5
6	Água potável e saneamento	-
7	Energias renováveis e acessíveis	3, 12, 13
8	Trabalho digno e crescimento económico	2, 3, 4, 5, 11, 14
9	Indústria, inovação e infraestruturas	3
10	Reduzir as desigualdades	1, 5, 6, 7, 8, 9, 10
11	Cidades e comunidades sustentáveis	2, 6
12	Produção e consumo sustentáveis	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
13	Ação climática	12, 13, 14
14	Proteger a vida marinha	5
15	Proteger a vida terrestre	5
16	Paz, justiça e instituições eficazes	1, 4, 8, 9, 10
17	Parcerias para a implementação dos objetivos	1, 2, 8, 9, 10

Fonte: Grupo Montepio (2018). Relatório de Sustentabilidade 2017

Deste modo, a preocupação e a ação do Grupo Montepio, quer ao nível das diversas dimensões da sustentabilidade, quer na sua relação com empregados, associados, clientes, outras partes envolvidas e a comunidade, constituem um bom exemplo da relevância da economia social e solidária para a concretização de uma humanidade mais humana e justa e de um desenvolvimento sustentável à escala local e global.

Bibliografía

- Álvarez, Juan Fernando, Hernando Zabala e Crescencio Orrego. *Diagnósticos y recomendaciones en torno a los emprendimientos cooperativos colombianos dispuestos para el cumplimiento del Plan 2020*. Bogotá: IEMP, 2017
- Chaves, Rafael. “La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica”. *Ciriec-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n.º 33, (1999): 115-139.
- Felber, Christian. *A Economia do Bem Comum*, 1.ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2017
- INAISE et al. “Manifeste de Praia” (2017). Obtido em 15 de janeiro de 2019, <http://inaise.org/wp-content/uploads/2017/10/manifeste-de-praia.pdf?x53907>
- Grupo Montepio. *Relatório de Sustentabilidade 2017*, Lisboa, 2018
- Martí, Juan Pablo. “La consecución de los objetivos del desarrollo sostenible y el “milagro” cooperativo”. In: *Memorias IV Cumbre Cooperativa de las Américas*, Montevideo, novembro 2016.
- OIT-ACI. *Las cooperativas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Debate sobre el desarrollo después de 2015*. Informe de política. Ginebra: ACI, 2014
- ONU. *La OESS y el Reto del Desarrollo Sostenible*. New York: ONU, 2014
- ONU. “Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2016”. Obtido em 10 de abril de 2017, https://unstats.un.org/sdgs/report/2016/the%20sustainable%20development%20goals%20report%202016_spanish.pdf
- Piketty, Thomas. *Le Capital au XXIe Siècle*. Paris: Seuil, 2013
- Pitacas, José Alberto e Jorge de Sá. “A Economia Social em Portugal”, *Anuário de la Economía Social en Iberoamérica*, n.º 3 – 2018 (2019), Valência: OIBESCOOP e CIRIEC España
- Rifkin, Jeremy. *The Zero Marginal Cost Society: The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2014
- Sá, Jorge e Conceição Pequito. *Capital Social, Economia Social e Qualidade da Democracia em Portugal*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2016
- Sá, Jorge. “El papel de la Economía Social Solidaria y sus Agentes”. In: *Innovación y Economía Social y Solidaria: Retos y Aprendizags de una Gestión Diferenciada* (março 2011), Barranquilla
- Social Economy Europe. L’Avenir des politiques européennes pour l’économie sociale passe par un Plan d’Action, 2018
- Social Economy Europe. “Measurement and Evaluation of Social Impact”. *Position Paper Draft 2013-056a*, 2013
- Stiglitz, Joseph. *The Price of Inequality*. Londres: Penguin, 2013
- UNRISD. *Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals*. Ginebra: UNRISD, 2018